

## FORMAÇÃO INICIAL DE DOCENTES PARA ATUAR COM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: UMA ANÁLISE NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE

JOSANILDA MAFRA ROCHA DE MORAIS  
LENINA LOPES SOARES SILVA

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

### RESUMO

É considerada formação docente inicial para atuar na educação profissional aquela realizada em cursos de graduação sejam de bacharelados, licenciaturas e/ou tecnológicos. Essa, na maioria das vezes, não contempla disciplinas que possibilitem aqueles que se tornam professores uma atuação condizente com estudantes com deficiência. Objetiva-se analisar a formação inicial de docentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), com vistas a verificar se esses professores cursaram alguma disciplina voltada à temática da pessoa com deficiência (PcD), bem como averiguar quais disciplinas foram cursadas por esses docentes que mantêm uma correlação direta com a atuação profissional com alunos com deficiência. A investigação de natureza qualitativa tem suporte bibliográfico e pesquisa empírica a qual fez uso de questionário enviado por *e-mail*, sendo, portanto, enquadrada como pesquisa na *internet*. Os dados revelam que dos 196 participantes, 35 (17,9%) responderam que sim ao passo que 161 (82,1%), informaram que não cursaram durante a formação inicial alguma disciplina que contemplasse o trabalho com PcD, o que permite inferir que esses professores carecem dessa formação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Formação Inicial Docente, Educação Profissional, Pessoas com Deficiência.

### INITIAL TEACHERS' FORMATION TO WORK WITH DISABLED STUDENTS AT PROFESSIONAL VOCATIONAL HIGH SCHOOL EDUCATION: NA ANALYSIS AT THE FEDERAL INSTITUTE OF EDUCATION, SCIENCE AND TECHNOLOGY OF RIO GRANDE DO NORTE

### ABSTRACT

We consider as initial teachers' formation for professional vocational high school education the one that developed in graduations for teachers and technologists. Most of the times, this option does not contemplate subjects for teachers working with disabled students. We aim at analyzing this initial formation of teachers at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio Grande do Norte (IFRN). This work analyzes if these teachers studied any subject about disabled students, as well as ascertain which subjects the same teachers studied and had a direct relation with professional vocational education for disabled students. This investigation is qualitative and has a theoretical basis and an empirical research that used a questionnaire via e-mail. Therefore, we used the internet for the application. Data shows that among the 196 teachers, 35 (17,9%) answered yes, whereas 161 (82,1%), answered that they did not study any

subject contemplating disabled students. Thus, it allows this work to infer these teachers need such formation.

**KEYWORDS:** Initial Teachers' Formation, Vocational Professional Educação, Disabled People.

# 1 INTRODUÇÃO

“Eu tropeço no possível, e não desisto de fazer a descoberta do que tem dentro da casca do impossível.”

(ANDRADE, 2013, p.177)

A epígrafe que inicia este trabalho nos possibilita refletir acerca da formação de professores no cenário brasileiro, uma vez que, estudiosos da referida área ( DEMO, 1992; FRIGOTTO, 1996; 2003; GATTI, 2008; SAVIANI, 2009) vem demonstrando, através dos resultados de suas pesquisas, que são necessários investimentos em políticas de formação de professores, por parte do Estado brasileiro. De igual modo, são imperativas mudanças nos processos formativos dos futuros professores, haja vista que, em alguns casos, os conhecimentos adquiridos na formação não se apresentam em conformidade com a realidade na qual o profissional irá trabalhar. Nesse sentido, os autores supracitados mencionam em seus trabalhos que a questão da formação de professores é central tanto para a melhoria das condições de trabalho dos docentes, quanto para o aumento da qualidade do ensino ofertado aos cidadãos brasileiros.

Dentre os pontos abordados pelos especialistas da área, nos chama atenção a defesa de que a formação inicial de professores seja complementada pela formação continuada, tendo em vista a possibilidade de uma maior profundidade das experiências vivenciadas no início do processo formativo. Nesta perspectiva a formação continuada potencializa e atualiza o arcabouço de conhecimentos adquiridos na formação inicial.

Dessa maneira, compreendemos a formação inicial como a formação obtida antes do exercício da atuação profissional como docente, ou seja, aquela que proporciona o contato com teorias, metodologias, ciências e conhecimentos que além de promover modificações pessoais, vão conformando um sujeito profissional capaz de compreender, refletir, propor e intervir no meio em que se insere (LIBÂNEO, 2004). Logo, consideramos formação docente inicial para atuar na educação profissional como aquela realizada em cursos superiores de graduação sejam de bacharelados, licenciaturas e/ou tecnológicos.

Contudo, no Brasil, a formação inicial tem enfrentado algumas vicissitudes, de maneira que a formação continuada tem se tornado cada vez mais necessária a partir da constatação da incipiência e/ou da precariedade da formação inicial que é ofertada a muitos professores, de modo que a formação continuada configurou um processo fundamental para garantir uma adequada base de conhecimentos ao profissional docente. (GATTI, 2008).

Nesse contexto, cabe citar a formação inicial de professores que não contempla a oferta de disciplinas que possibilitem a apropriação de conhecimentos indispensáveis para nortear e/ou instrumentalizar o docente a desenvolver uma atuação profissional inclusiva perante as pessoas com deficiência (PcD).

Assim sendo, esse estudo tem o objetivo de fazer uma análise da formação inicial de docentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), com vistas a verificar se estes professores cursaram alguma disciplina que abordou a questão da pessoa com deficiência, assim como, averiguar quais foram as disciplinas cursadas que apresentam correlação direta com a atuação profissional com alunos com deficiência.

A análise aqui empreendida toma por base os dados obtidos durante a feitura de uma pesquisa empírica que integrou parte da investigação desenvolvida, para a materialização de uma dissertação de mestrado. A pesquisa empírica, de natureza qualitativa e com suporte bibliográfico em Silva (2011); Nascimento e Faria (2013); Manica e Caliman (2015a; 2015b); Cunha (2016), entre outros, foi efetivada, através do envio de um questionário eletrônico, via *internet*, para todos os professores do referido instituto, durante os meses de junho, julho e agosto de 2018.

Ao final da pesquisa foram contabilizados 196 (cento e noventa e seis) participantes que correspondem a aproximadamente 10% (dez por cento) do total de professores desse Instituto. Os dados encontrados foram analisados com base na hermenêutica-dialética, num processo que buscou uma aproximação explicativa convergente com o materialismo histórico-dialético.

Com vistas a concretizar o objetivo deste trabalho, nesse primeiro tópico apresentamos uma breve contextualização histórica e conceitual da formação inicial docente, assim como expomos o objetivo deste trabalho e o percurso metodológico trilhado no transcorrer da efetivação do processo investigativo.

No segundo tópico explicitamos uma revisão bibliográfica acerca da formação de professores para atuar com pessoas com deficiência na educação profissional.

No terceiro tópico expomos os achados da pesquisa e analisamos a formação inicial de professores do IFRN para lidar com pessoas com deficiência na educação profissional.

Por fim, tecemos algumas considerações finais com base nos dados obtidos com a investigação.

## **2 FORMAÇÃO DE DOCENTES PARA ATUAR COM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

A questão da formação de professores, paulatinamente, vem sendo concebida como um processo fundamental para a melhoria da qualidade da educação, assim como para a valorização profissional dos docentes. Essa concepção está presente no Parecer CNE/CP 02/2015<sup>1</sup> que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica (DCN), o qual explicita em seu artigo 3º:

§ 3º A formação docente inicial e continuada para a educação básica constitui processo dinâmico e complexo, direcionado à melhoria permanente da qualidade social da educação e à valorização profissional, devendo ser assumida em regime de colaboração pelos entes federados nos respectivos sistemas de ensino e desenvolvida pelas instituições de educação credenciadas.

Assim, a formação de professores, seja ela inicial e/ou continuada, é concebida como um processo contínuo de aprendizagem e reflexão acerca dos conhecimentos e práticas que materializam a educação. Desse modo, essa formação ao ser desenvolvida possibilita a melhoria da qualidade educacional, bem como a valorização dos docentes, tendo em vista que oportuniza o repensar de “velhas” práticas educativas e permite a adoção de novas posturas profissionais

---

<sup>1</sup> Aprovado pelo Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação (CNE), em 09 de junho de 2015, e homologado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) em 24 de junho de 2015.

durante o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. Ademais, a formação de professores também propicia espaços de reflexão e de avaliação da política educacional, pois contempla seus limites e suas possibilidades para conformar um processo educativo que se vincule às múltiplas esferas do saber.

No que diz respeito a formação de professores para lidar com pessoas com deficiência, Bueno (1999) destaca que, através da formação, os professores se concentram nas potencialidades dos alunos com deficiência, em detrimento de suas “dificuldades”. Passam também a refletir e compreender a necessidade de lidar com as diferenças, sejam elas de gênero, de raça, de alterações orgânicas e/ou de condições sociais. Ainda por meio da formação, os professores podem constatar que muitas dificuldades enfrentadas pelas PcD não se diferenciam das apresentadas pelas pessoas consideradas “normais”. Isso porque, muitas vezes, são detectados problemas de aprendizagem que são provenientes de processos pedagógicos inadequados.

Silva (2009) ao abordar a questão da atuação docente com pessoas com deficiência, numa perspectiva inclusiva, enfatiza que é necessário que este profissional conheça as características dos alunos; realize planejamento adequado, tanto no que se refere ao conteúdo, quanto aos métodos de ensino; observe os recursos necessários; avalie de maneira contínua os resultados obtidos; prepare material em diferentes versões; leve em consideração os conhecimentos que o aluno possui, assim como as experiências que teve anteriormente, as oportunidades que lhes foram oferecidas; busque estratégias diferenciadas para trabalhar com seus alunos, com vistas a instigar a imaginação, a criatividade e outros canais de percepção, e ainda, que estimule o aluno a participar ativamente do processo de aprendizagem através de ações compartilhadas com os colegas de classe.

Para tanto, é imprescindível que o docente tenha recebido uma formação adequada com vistas a permitir o contato com um arcabouço de conhecimentos concernentes a inclusão das pessoas com deficiência no ambiente escolar. Quanto a essa questão Martins (2011, p. 21) aponta que, para ensinar a discentes com deficiência, “o professor deve ter como base da sua formação, tanto inicial, como continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos”. Aqui, conhecimentos específicos, são entendidos como aqueles concernentes aos direitos e as estratégias possíveis de serem adotadas para realizar um trabalho inclusivo com as PcD.

No livro “A educação profissional para pessoas com deficiência: um novo jeito de ser docente” Manica e Caliman ao tratarem da atuação do docente na EP das PcD, afirmam que:

Será fundamental que o docente que atua na educação profissional inclusiva possua conhecimento sobre interação social, saiba lidar com as diferenças, seja um docente que valorize a diversidade e seja responsável por dar crédito às potencialidades e não somente às dificuldades apresentadas pelo aluno. Entendemos que esse é o papel de cada ator envolvido no processo de ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência, atores esses pertencentes à mesma comunidade escolar. Será necessário também que o docente possa entender que o aluno é um aprendiz, indivíduo único, compreendido e valorizado como tal e que – por meio da mediação com o outro

(professor ou não), contando com meios adequados e a partir das condições oportunizadas – poderá construir seu conhecimento. (MANICA E CALIMAN, 2015b, p. 71)

Assim, observamos que o docente que atua na educação profissional também é chamado a realizar a inclusão das pessoas com deficiência, no transcorrer de seu exercício profissional. Logo, essa prerrogativa também interpõe a exigência de participação em momentos de capacitação e qualificação prévias, com vistas a instrumentalizá-lo a pensar e a agir de forma inclusiva diante das pessoas com deficiência. Nesse sentido, é fundamental que a formação inicial tenha oportunizado vivências e discussões acerca dos limites e das potencialidades do segmento ora mencionado, posto que:

Para que qualquer aluno, especialmente o aluno com deficiência possa pensar e possa crescer no ambiente escolar, o docente deve propiciar espaços para propostas e atividades diferenciadas, em que os alunos vivam experiências multidisciplinares, raciocinem criticamente sobre os conteúdos, aprendam a solucionar problemas e, principalmente, acreditem que são agentes ativos no processo. (MANICA E CALIMAN, 2015b, p. 73)

Destarte, é possível notar que o docente é um sujeito central no processo inclusivo da pessoa com deficiência no ambiente escolar, tendo em vista se constituir em um mediador no estabelecimento de relações sociais, de conexões, de experiências e de descobertas, elucidadas no processo de ensino-aprendizagem por meio de sociabilidades mediadas de forma qualificada profissionalmente. Contudo, para que esse processo inclusivo se concretize é imprescindível que o professor disponha de conhecimentos básicos para atuar de forma inclusiva, daí a necessidade de ter cursado disciplinas que contemplem essa questão.

Nesse sentido, essa investigação além de discutir teoricamente acerca da temática, busca compreendê-la por meio de sua materialidade na formação inicial de professores do IFRN.

### **3 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN) E A FORMAÇÃO INICIAL DE SEUS DOCENTES**

Conforme já abordamos anteriormente, o trabalho empírico realizado teve como espaço de estudo o IFRN, instituição que possui uma história de mais de 100 anos e que teve a sua nova institucionalidade dada pelos termos da Lei 11.892/2008. Sendo assim, o IFRN faz parte da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPCT), se encontra vinculado ao Ministério da Educação, possui natureza jurídica de autarquia e detém autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Assim, se constitui como uma instituição de educação superior, básica e profissional, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, conjugando conhecimentos científicos, técnicos e tecnológicos a ideais pedagógicos de fundamentação histórico-crítica. (IFRN, 2017).

À vista disso, o IFRN é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, com sede em todo o Estado do Rio Grande do Norte, cuja função social é “ofertar educação profissional e tecnológica – de qualidade referenciada socialmente e de arquitetura político-pedagógica voltada à articulação entre ciência, cultura, trabalho e

tecnologia – comprometida com a formação humana integral, com o exercício da cidadania e com a produção e a socialização do conhecimento, com o intento de, fundamentalmente, promover a transformação da realidade na perspectiva da igualdade e da justiça sociais” (PPP, 2012).

O IFRN desenvolve atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, na perspectiva da produção, socialização e difusão de conhecimentos, incentiva a produção cultural e realiza processos pedagógicos que fomentam à geração de trabalho e renda. Em um contexto mais amplo, a instituição busca contribuir para a transformação da sociedade, visto que seus processos educacionais são construídos nas relações sociais.

Assim sendo, a instituição ora mencionada busca trabalhar numa perspectiva inclusiva perante a alunos com deficiência, essa forma de atuação foi reforçada, sobretudo, a partir do início dos anos 2000, quando foi formado um grupo de trabalho das secretarias-fim do Ministério da Educação, composto pela Secretaria de Educação Profissional (SETEC) e da antiga Secretaria de Educação Especial (SEESP), atualmente Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), que exibiu uma proposta de ação integrada, na qual foram estabelecidos princípios gerais, pressupostos e estratégias para uma Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva (NASCIMENTO; FARIA, 2013).

Nesse período, foi criado o Programa de Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais (TEC NEP), como uma política pública de educação inclusiva, proposta para a RFEPCT, com o propósito de constituí-la em uma escola inclusiva de referência para todo o país. Para tanto, o TEC NEP contemplou a criação dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), no âmbito interno das instituições federais, que passam a se configurar como espaços indutores do desenvolvimento do processo de inclusão das pessoas com deficiência.

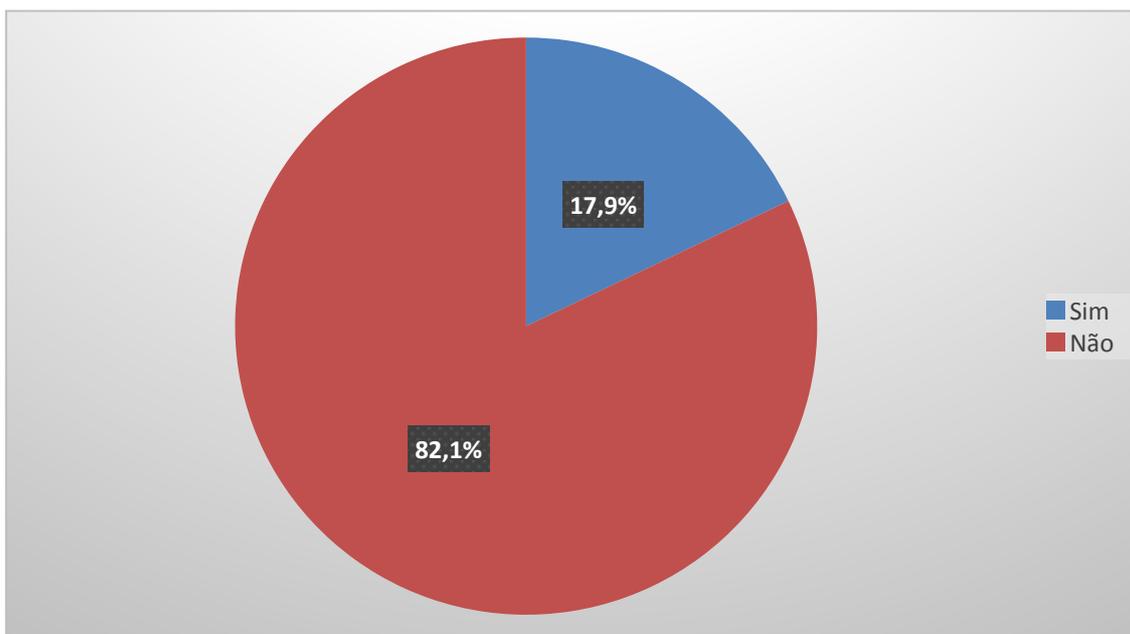
O NAPNE tem como objetivo principal criar na instituição a cultura da “educação para a convivência”, de modo a possibilitar a aceitação da diversidade e, principalmente, buscar a quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais e de comunicação. No âmbito do IFRN, os NAPNE foram criados, através da Portaria nº 1533/2012 de 21 de maio de 2012, quando começaram a atuar com vistas a garantir a inclusão da pessoa com deficiência, seja orientando nas questões referentes à adaptação da estrutura física, ao material didático a ser utilizado em sala de aula, à consideração das necessidades específicas de algum aluno, ou seja pela indução ou promoção da formação de professores.

No que tange à questão da formação de professores, os estudos bibliográficos e documentais possibilitaram verificar que o IFRN tem efetivado uma Política de Formação Continuada e de Desenvolvimento Profissional dos Servidores, a qual tem servido como um instrumento para atualizar os conhecimentos adquiridos na formação inicial, ou, conforme relatado pelos professores que participaram da nossa pesquisa, para oportunizar aprendizados que a formação inicial não contemplou, como a questão da atuação docente na educação profissional da pessoa com deficiência. Essa situação pode ser visualizada no próximo tópico, quando expomos alguns dados da pesquisa:

### 3.1 Formação inicial de docentes do IFRN para atuar com pessoas com deficiência na educação profissional

Consoante ao que explicitamos anteriormente, durante os meses de junho, julho e agosto de 2018 enviamos um questionário eletrônico para todos os professores do IFRN, dos quais 196 (10%) decidiram participar da pesquisa.

No que diz respeito à formação inicial, ao serem questionados sobre o estudo de alguma disciplina para o trabalho com a PcD no momento em que cursaram a graduação, dos 196 participantes, 35 (17,9%) responderam que sim ao passo que 161 (82,1%), informaram que não cursaram disciplina desta natureza, conforme podemos visualizar no Gráfico 1.



**Gráfico 1: Participantes que cursaram disciplina(s) na graduação para trabalhar com a PcD.**

Os dados do Gráfico 1 permitem constatar que uma expressiva quantidade de participantes (82,1%) não teve acesso, durante a formação inicial, a alguma disciplina que contemplasse o trabalho com PcD e, por conseguinte, fornecesse conhecimentos que possibilitassem o exercício de uma atuação profissional inclusiva com essas pessoas.

A referida situação é preocupante, tendo em vista que se configura como um fator de engessamento à efetivação de práticas inclusivas no âmbito do IFRN, assim como vai de encontro aos normativas legais, entre eles o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, o qual, preconiza que a Língua Brasileira de Sinais (Libras) se configure como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, devendo assim ser ofertada nas graduações que estejam formando professores.

Em vista disso, apesar do IFRN está buscando se constituir em uma escola inclusiva, sobretudo, a partir dos anos 2000, com a criação do TEC NEP, ainda possui um corpo de professores que não realizaram formação inicial que possibilitasse um respaldo ao exercício de uma atuação profissional pautada em processos de ensino-aprendizagem inclusivos para as pessoas com deficiência.

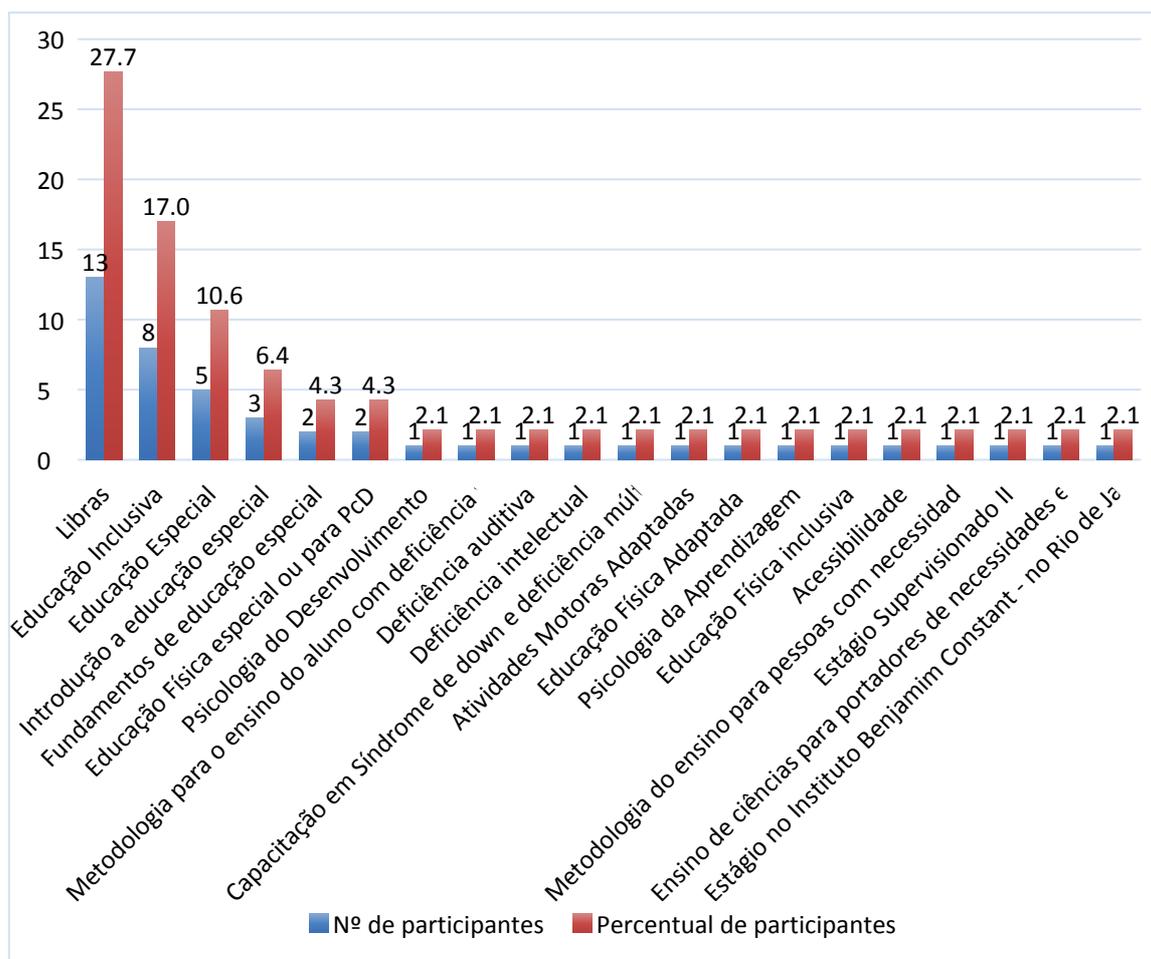
Neste ponto, merece frisar que esta é uma situação que não se restringe ao IFRN, mas que retrata a realidade de muitas instituições educacionais brasileiras, uma vez que, de acordo com a pesquisa feita por Manica e Caliman no ano de 2011, junto a docentes que atuam na educação profissional de PcD nos SENAI de todo o Brasil, os dados que tratam da qualificação específica para atuar na educação profissional com alunos que tenham algum tipo de deficiência, apresentam que “ [...] apesar de os docentes atuarem com esse tipo de aluno, eles não possuem preparo para tal. Aproximadamente 70% responderam que nunca receberam nenhum tipo de preparação diferenciada para atuar com alunos que tenham deficiência”. (MANICA e CALIMAN, 2015b, p. 173)

Como consequência da ausência/incipiência de uma formação inicial que contemple questões relativas às PcD, os professores se sentem despreparados para realizar um trabalho inclusivo com alunos (as) com deficiência no ambiente formativo, assim como se percebem inseguros para efetivar atribuições de seu ofício com o referido público.

Essa situação nos permite afirmar que, apesar dos avanços legais alcançados no que tange as políticas de formação de professores para atuar na EP da PcD, a realidade ainda encontra-se permeada por muitos desafios para a efetivação das referidas políticas, de maneira que ainda é possível encontrar professores lecionando a PcD sem qualquer formação específica para tal ofício.

Também, observamos que, na realidade, a questão da formação de professores para a educação profissional das PcD tem se materializado de uma forma que, embora não se distancie dos preceitos legais que tratam dos direitos concernentes a PcD, não o atende em sua plenitude, o que vai de encontro às preconizações dos instrumentos legais que normatizam as políticas de formação de professores no Brasil.

O Gráfico 1 mostra que 35 participantes (17,9%) informaram ter cursado pelo menos uma disciplina, na graduação, para trabalhar com a PcD. Ao questionarmos quais foram as disciplinas cursadas, obtivemos respostas que geraram o Gráfico 2, exposto a seguir.



**Gráfico 2: Disciplinas cursadas pelos participantes, durante a graduação, para trabalhar com a PcD.**

Os dados do Gráfico 2 mostram que foram citadas 20 disciplinas pelos 35 participantes que responderam ter cursado uma ou mais disciplinas durante a graduação para trabalhar com PcD. Cabe verificar que a disciplina mais citada pelos participantes foi Libras, mencionada por 13 participantes (27,7%). Dentre os fatores que contribuem para este fato, podemos citar a contribuição das lutas sociais que reivindicaram a construção e o sancionamento de um arcabouço legal que prevê a observância dos direitos das pessoas com deficiência. Esses encontram-se dispostos entre outros ordenamentos jurídicos, na Lei nº 13.146, de 13 de julho de 2015, que trata do Estatuto da Pessoa com Deficiência, assim como nas legislações mais específicas à seara educacional como o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 o qual determina que as instituições formativas assumam o dever de se organizar para garantir a oferta da Libras como disciplina curricular obrigatória, durante a execução dos cursos de formação de professores de pedagogia, de fonoaudiologia e de educação especial, bem como defende que Libras se configure como disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional. (BRASIL, 2005).

Portanto, o referido Decreto preconiza que seja ofertada, de forma compulsória, a disciplina de Libras durante o processo de desenvolvimento de cursos de formação de professores. Entre outras concepções fundantes desta proposição encontra-se a compreensão de que não se pode pensar em escola inclusiva, sem contemplar a questão da formação de seus servidores, entre eles, seus professores, para atuar na referida perspectiva. Esta questão é abordada por Fernandes; Magalhães; Bernardo, que apontam: “A constituição de uma escola

inclusiva requer um olhar atento para a diversidade. Isto implica em novas formas de organização da prática pedagógica, dos processos curriculares e de avaliação. Recai, ainda, na formação e prática dos docentes porquanto exigir novos saberes e habilidades.” (FERNANDES; MAGALHÃES; BERNARDO, 2009, p. 45).

Nesse sentido, ao buscar uma atuação profissional pautada na inclusão escolar das pessoas com deficiência, os professores devem observar a formação profissional que possuem, uma vez que, as mudanças arquitetônicas e de infraestrutura desenvolvidas no âmbito da instituição não serão suficientes para garantir a efetivação da inclusão das pessoas com deficiência no âmbito formativo.

Ainda com base nos dados do Gráfico 2, 17% dos 35 participantes ora mencionados afirmaram ter cursado a disciplina “Educação Inclusiva” durante a graduação. Entretanto, ao avaliar a referida formação, estes descreveram as atividades desenvolvidas como introdutórias e superficiais, de modo que não fornecem um suporte para a materialização de uma atuação profissional qualificada para atuar com a PcD. Essa situação também foi evidenciada na pesquisa empreendida por Fernandes; Magalhães e Bernardo, ao afirmarem que:

[...] esta questão se apresenta como relevante na medida em que observamos atitudes diversas por parte dos professores que se deparam com alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) em suas salas de aula. Em comum, a maioria desses professores sustenta que não recebeu formação adequada e, por isso, não se sente capacitada para realizar um trabalho com esse alunado específico. Nesse sentido, parece muito razoável que a formação inicial possibilitasse ao professor uma série de conhecimentos, habilidades e competências para que este atuasse num contexto de diversidade. (FERNANDES; MAGALHÃES E BERNARDO, 2009, p. 46).

Dessa forma, assim como relatado pelos professores que participaram da pesquisa, os autores ora mencionados encontraram em seus estudos situações semelhantes, que revelam a falta e/ou incipiência de uma formação inicial que contemple a oferta de disciplinas que respaldem a atuação profissional do professor junto às PcD, o que poderá implicar em insegurança por parte do professor para lecionar à PcD, tornando imperativa a feitura de um curso voltado à inclusão da PcD, durante a formação continuada.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os resultados da investigação revelam que mais de oitenta por cento dos participantes da pesquisa não teve acesso, durante a formação inicial, a alguma disciplina que contemplasse o trabalho com PcD e, por conseguinte, fornecesse conhecimentos que possibilitassem o exercício de uma atuação profissional inclusiva.

O referido cenário é inquietante, uma vez que nos impulsiona a questionar a efetividade da inclusão preconizada pelo IFRN, sobretudo, a partir dos anos 2000 com a implantação do TEC NEP, assim como nos permite indagar sobre como estão ocorrendo as materializações dos ordenamentos jurídicos no nosso país, que preconizam que Libras se configure como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, devendo assim ser ofertada nas graduações que estejam formando

professores. Entretanto, ainda estamos observando professores que exercem sua atuação profissional sem formação alguma voltada ao trabalho com pessoas com deficiência.

Durante a pesquisa também pudemos verificar que aproximadamente vinte por cento dos participantes declararam ter cursado uma ou mais disciplinas ao longo da feitura da graduação para trabalhar com as PcD, todavia, ao avaliar a formação recebida, estes descreveram que as atividades desenvolvidas foram introdutórias e superficiais, de maneira que não oportunizaram a apropriação de conhecimentos capazes de instrumentalizar e nortear a atuação profissional numa perspectiva inclusiva perante o processo de ensino aprendizagem de alunos com deficiência.

Assim, consideramos que a formação inicial de professores brasileira vem enfrentando fragilidades, no transcorrer de sua oferta, de modo que não tem conseguido dar conta da complexidade que reveste o fazer profissional do futuro professor. Portanto, essa formação inicial precisa ser reavaliada com vistas a promover os reordenamentos e as melhorias necessárias, no intuito de possibilitar ao professor uma série de conhecimentos, habilidades e competências para que este seja e se sinta qualificado para atuar num contexto de diversidade, e aqui acrescentamos para atuar de forma inclusiva com as pessoas com deficiência no transcorrer de seu processo de construção e produção do conhecimento.

## 5 REFERÊNCIAS

ANDRADE, C. D. de. **Nova reunião: 23 livros de poesia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2013. v.3.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm#art1). Acesso em: 30 set. 2018

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em: 20 set. 2018.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 01 de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso em: 20 maio. 2018.

BUENO, J. G. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas? In: **Revista Brasileira de Educação Especial**. vol.3, nº.5. São Paulo: ABPEE, 1999.

CUNHA, A. L. B. de M. **O Programa TEC NEP e sua Implementação na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: Ressonâncias acadêmicas, limites e desafios**. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional, 2016.177f. Disponível em:

<https://memoria.ifrn.edu.br>. Acesso em: 29 maio. 2017

DEMO, Pedro. **Formação de professores básicos**. Em Aberto, Brasília, ano 12, nº 54, abr./jun. 1992.

IFRN - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Projeto Pedagógico do Curso Superior de Licenciatura em Geografia na modalidade presencial**. 2012.129p. Disponível em: <http://portal.ifrn.edu.br/ensino/cursos/cursos-de-graduacao/licenciatura/licenciaturaplena-em-geografia/view>. Acesso em: 01 maio. 2018.

MARTINS, L. de A. R. Formação docente frente à proposta da educação Inclusiva. *In: SILVA, L. G. dos S. (Org.). A formação docente e a inclusão escolar*. Natal: Editora da UFRN, 2011.

FERNANDES, M. de L. C. N; MAGALHÃES, R. de C. B. P.; BERNARDO, C. M. C. Formação Docente para Processos de Educação Inclusiva: descortinando concepções. *In: RAMOS, L. de A.; MARTINS, L. G. dos S. S. (Org.). Múltiplos Olhares sobre a inclusão*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

FRIGOTTO, G. **A formação e profissionalização do educador: novos desafios**. In: GENTILLI, P. e SILVA, T.T. da, (Org.). Escola S.A. Brasília, CNTE, 1996.

FRIGOTTO, G. **A universidade e a formação de professores**. Entrevista com Sônia Mendes. Interagir: pensando a extensão. Universidade Federal Fluminense: Rio de Janeiro, n. 3, p. 93-100, jan./jul. 2003. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/interagir/article/view/18675/13632>. Acesso em: 19. jul. 2019.

GATTI, B. A. **Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década**. Revista Brasileira de Educação: Fundação Carlos Chagas. v. 13 n. 37 jan./abr. 2008.57-186p. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n37/06.pdf>. Acesso em: 30 set. 2018.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: Teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2004.

MANICA, L. E.; CALIMAN, G. **Inclusão das pessoas com deficiência na educação profissional e no trabalho: limites e possibilidades**. Jundiá, Paco Editorial: 2015a.

MANICA, L. E.; CALIMAN, G. **A educação profissional para pessoas com deficiência: um novo jeito de ser docente**. Brasília: Liber Livro, 2015b.280p. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000232079>. Acesso em: 05 jul.2019.

NASCIMENTO, F. C. do; FLORINDO, G. M. F.; SILVA, N. S. da. (Org.). **Educação profissional e tecnológica inclusiva: um caminho em construção**. Brasília: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2013.

MARTINS, L. de A. R. Formação docente frente à proposta da educação Inclusiva. In: SILVA, Luzia Guacira dos Santos (Org.). **A formação docente e a inclusão escolar**. Natal: Editora da UFRN, 2011.

SAVIANI, D. **Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro**. Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 40 jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a12.pdf>. Acesso em: 10

jun. 2017.

SILVA, L. G. dos S. O processo de ensinar e aprender de educandos com deficiência visual. *In*: RAMOS, Lúcia de Araújo; MARTINS, Luzia Guacira dos Santos Silva (Org.). **Múltiplos Olhares sobre a inclusão**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

SILVA, I. M. de A. da. **Políticas de educação profissional para pessoas com deficiência**. 2011. 209f. Tese (doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2011. Disponível em: [http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/FAEC-8M4M2S/tese\\_izaura\\_silva\\_2011.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/FAEC-8M4M2S/tese_izaura_silva_2011.pdf?sequence=1). Acesso em: 11 fev. 2018.